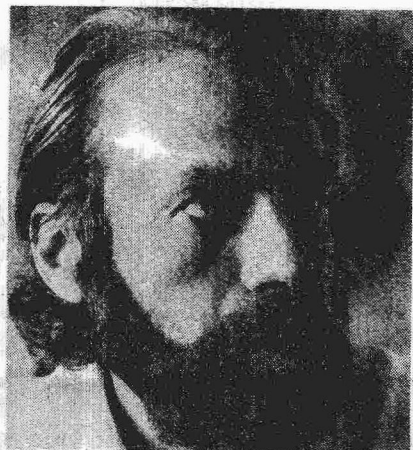


Modelo de integração social

Intitulado O Economista Frente ao GDF, o documento que expressa a «contribuição da categoria à redinamização da economia brasileira» não esquece os próprios economistas. Como sétimo e último item desse trabalho, os profissionais são lembrados a título de se reivindicar isonomia na extensão de benefícios do DL 2.200 aos servidores de tabelas especiais e extensão do cargo de economista aos quadros de todas as empresas do GDF.



Tim: "Contribuição modesta"

Primeiro tema analisado, a Integração Nacional é necessidade lembrada como «um débito que Brasília tem com a nação brasileira». Para isso recomenda-se que o GDF «abandone suas pretensões de Unidade da Federação e se assuma como município articulado à rede regional e dela principal tributário» gerindo um Projeto Região Geoeconômica de Brasília com recursos de transferências orçamentária da União.

O reconhecimento de plenitude da cidadania para os brasilienses, com direito a voto para todos os cargos — inclusive câmara de representantes local — é a segunda consideração feita pelos economistas, que enquanto categoria profissional específica reivindicam a participação de seus órgãos representativos nos colegiados governamentais responsáveis pelo desenho dos planos de governo e participação ativa da categoria nos Conselhos Fiscais e de Administração das empresas do GDF.

Considerando que o superfluo já foi feito e que é chegada a hora de se fazer o necessário, o documento dos economistas considera indispensável consolidar a escala cultural, «que faz de Brasília um centro de excelência», e a escala coloquial, «que fará da cidade um modelo de integração social. Para realizar estas tarefas Brasília deverá cuidar de adequar-se ao moderno aparato institucional, de formulação e execução do planejamento no Brasil, reservando sempre a essência de sua experiência urbana: o controle público sobre o solo urbano e rural, base de ocupação e desenvolvimento de sua vida como cidade», frisa o documento.

A criação de órgãos de centros de pesquisa, terceiro item abordado, justifica-se não apenas em razão dos interesses coletivos envolvidos, mas também pelas oportunidades de trabalho que se abrem, segundo o documento, para o qual as gráficas e

editoras privadas locais devem ser estimuladas pelo governo para que se atinja o objetivo de estimular, de fato, as iniciativas científicas e tecnológicas.

Analisando detidamente o desenvolvimento econômico do DF — particularizado no aspecto da industrialização e agropecuária —, os economistas frisam que «a industrialização deve ser percebida como um meio, jamais como um fim» e defendem um papel de maior destaque para a agroindústria.

O meio ambiente e a defesa civil são integrantes da chamada questão ambiental que os economistas entendem devam vir articulados aos caminhos da indústria no DF. «Visto sob este ângulo de articulação da ocupação do universo com a tecnologia do usufruto humano, a questão ambiental deixa de ser assunto de especialistas para tornar-se preocupação constante do conjunto da sociedade».

O desenvolvimento social, finaliza o documento, deve considerar questões tais como saneamento básico, oferta de emprego e a adoção de políticas setoriais que promovam ênfase à retomada do Plano de Regionalização dos Serviços de Saúde, preterido em benefício dos Centros de Saúde criados durante a gestão do governador Lamaison), Educação (melhoria e expansão do ensino básico público e gratuito nas satélites), e Serviços Públicos (com subsídios aos transportes coletivos). Em cada um destes casos, o documento sugere fontes de recursos para complementação da ação governamental.